



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 563601 - SP (2020/0046860-8)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : RODOLFO SCACABAROZZI MOREIRA
ADVOGADO : RODOLFO SCACABAROZZI MOREIRA - SP231322
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FRANCISCO JOSÉ MARÇAL FIDALGO
PACIENTE : CIPRIANO JOSE MARÇAL FIDALGO
CORRÉU : FELIPE FERNANDO ALVES CONDE
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de **FRANCISCO JOSE MARÇAL FIDALGO** e de **CIPRIANO JOSE MARÇAL FIDALGO** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que os pacientes foram condenados pela prática do delito previsto no art. 7º, *caput*, IV, "a", da Lei n. 8.137/1990, à pena de 2 anos de reclusão, em regime prisional aberto, que restou convertida em 2 restritivas de direitos, consistentes em prestação de serviços à comunidade e em prestação pecuniária, a ser especificada pelo Juízo das Execuções (e-STJ, fls. 37-57).

Irresignada, a defesa apelou ao Colegiado de origem, que deu parcial provimento ao recurso tão somente para corrigir erro material na sentença, a fim de condenar o paciente à pena de detenção (e-STJ, fls. 26-36).

Neste *mandamus*, o impetrante requer, em síntese, que seja reconhecida a atipicidade da conduta descrita na peça acusatória, na forma do artigo 7º, IV, "a", da Lei n. 8.137/1990, considerando se tratar de crime impossível, nos termos do art. 17 do CP. Subsidiariamente, requer seja a pena de prestação de serviços à comunidade substituída por interdição temporária de direito - proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público.

Indeferido pedido de liminar (e-STJ, fl. 2496), a Subprocuradoria-Geral da República manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ, fls. 2499-2502).

É o relatório.

Decido.

Constata-se que o presente *writ* constitui mera reiteração do AREsp 1494777/SP, já que constatada a identidade de partes e da causa de pedir, impugnando os dois feitos o mesmo acórdão (Apelação n. 0002379-52.2015.8.26.0562), o que constitui óbice ao seu conhecimento, porquanto esgotada a jurisdição deste Superior Tribunal de Justiça sobre as matérias deduzidas nos autos.

Ademais, o exame do pleito de absolvição dos réus, com fundamento no art. 7º, IV, "a", da Lei n. 8.137/1990, demandaria reexame detido do contexto fático-probatório dos autos, providência que não se coaduna com a via estreita do *habeas corpus*.

De igual modo, se as instâncias ordinárias reconheceram o cabimento da conversão da pena privativa de liberdade em prestação de serviços à comunidade, por entender ser tal medida suficiente e proporcional em razão das circunstâncias concretas do caso, para infirmar tal conclusão seria preciso reanalisar os elementos de convicção amealhados nos autos, o que não se admite em sede de *writ*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro** liminarmente o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator